

IDENTIDADE MOBILIZADORA, LIDERANÇA E EDUCAÇÃO: FATORES QUE INTER- RELACIONAM¹

Elília Camargo Rodrigues

Universidade do Estado da Bahia – UNEB (campus VIII)

RESUMO

Discute o processo de construção da identificação coletiva dos sujeitos na sociedade capitalista e a formação representativa de lideranças, que possuem caráter educativo, operam com aprendizagens significativas contra-hegemônicas em circunstâncias institucionais legítimas. A individualidade é preconizada nas ações sociais, entretanto, surgem realidades de expressões da coletividade fomentadoras de subjetividades coletivas, com formatações associativistas. Resultado de pesquisa no campo da Etnometodologia e do Interacionismo Simbólico sobre lideranças e associativismo, busca (re) construir conceitos de gestão, participação e recoloca-los em lugar específico, resultados de lutas e conquistas sociais, categorizando a autogestão como processo político de atuação dos sujeitos na perspectiva dos movimentos sociais.

Palavras-chaves: Identidade; Liderança; Educação; Associativismo

ABSTRACT:

This article argues about the collective identity construction of human being into a capitalista society , and also a representative constitution of leaders, that has educational feature; they work with significative learning against official institution circusntances. The individuality is approved into social acts, however, among it emerges realities of collective expressions that produces collective subjections, with parteners shapes. As a result of this research in the etnomethod field and interactive symbolic about leaders and partnership , aims to (re) building concepts of management, participation and replace them in a specific position, based on their contest and social conquest, categorizing the self-manegement as a political process of performance in a perspective of social movements.

Key Words: Identity; Leadership, Education; Partehrship.

¹O texto é uma adaptação minuciosa do capítulo da dissertação de Mestrado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, com o título: A Reconstrução do Processo de Identificação da Liderança em Associações de Moradores em Salvador.

A identidade é construída no meio social, a partir da memória coletiva de um povo e sua cultura e, portanto, está relacionada a (re)construção da consciência mobilizadora e de representação social. Trata-se de um caráter idiossincrático da identidade social, que permite uma releitura do sujeito moderno, capitalista, globalizado e individualizado na estrutura societal. Esta especificidade da identidade é caracterizada pelas práticas de liderança em setores da sociedade, seja em movimentos sociais ou mesmo em posições setoriais relacionadas à gestão de pessoas. Ela apresenta incorporada na construção da memória e da identidade como uma característica contra hegemônica adquirida e pela sua dimensão social, tem caráter educativo.

O caráter educativo da liderança parte do pressuposto de que a identidade dos sujeitos na sociedade é formada no contato com a coletividade de forma representativa. Assim, na formação humana, é significativo o papel dos grupos sociais na socialização, e, em consequência, na construção do processo de identificação dos indivíduos. Quando consideramos que a coletividade é de importância crucial na construção da identidade, sublinhamos a relevância dos sentimentos de pertencimento – solidariedade, alteridade e reciprocidade – para a constituição do ser social. Esses sentimentos coletivos têm, na expressão da liderança, um caráter educativo.

A educação, por ser um processo social contínuo que abrange todo o ciclo de vida dos sujeitos, recebe influências, tanto no âmbito da família quanto no contexto da sociedade. De maneira específica, mostraremos em que consiste a liderança na realidade do associativismo e como o exercício desse papel

social contribui, direta ou indiretamente, para o processo de identificação dos agentes sociais.

É possível considerar que os indivíduos aprendem com o meio as formas elementares para viver em sociedade, a partir da percepção do outro como uma representação social do eu em processo de construção. Esse processo é parte essencial da formação humana; afinal, vir a ser humano pressupõe que se convive e se aprende com pessoas. Por isso, as aprendizagens cognitivas, em processos formais e não-formais, são constituídas de estímulos e respostas contínuas, que são decisivas na formação da identidade e acompanham o indivíduo por toda a vida.

Primeiro, abordaremos a importância da coletividade na formação humana, em contraposição aos valores do paradigma do individualismo, para compreender os sentimentos coletivos e o caráter educativo desses sentimentos. Ora, o que tem surgido em todos os países, e bem antes da globalização capitalista, são formas alternativas de coletividade, que possibilitam um olhar diferenciado da vida e das relações, como assinala Maffesoli (2006, p. 101): “[...] existe uma organicidade das coisas e que de uma maneira diferencial, tudo concorre para a sua unicidade”.

Cumpramos assinalar que os sentimentos coletivos geram a necessidade de associar ou formar grupos que Lapassade (1983, p. 65) define como:

[...] um conjunto de pessoas em relação umas com as outras e que se uniram por diversas razões: a vida familiar, uma atividade cultural ou profissional, política ou esportiva, ou amizade, ou religião... Ora todos esses grupos – equipes oficinas, clubes células – parecem funcionar segundo processos que lhes são comuns [...].

Um conjunto de pessoas que se unem a partir de um processo comum, segundo a definição de grupo de Lapassade (1983), está relacionado a dois fenômenos que são de importância-chave neste estudo: o associativismo e o comunitarismo. O associativismo se refere, na definição do autor, à capacidade natural dos seres humanos de se unir e formar grupos. Para Sacconi (2007, p. 857), a união é definida como “[...] ação ou efeito de unir-se; ajuntamento de pessoas com interesses comuns; ou mesmo associar-se”. Já o comunitarismo concerne à finalidade formal da união que é o elemento comum. Conforme Sacconi (2007, p. 188), a palavra “comum” pode ser conceituada como “o que é de muitos ou de todos” e possui variações como comunidade e comunitário. Dessa maneira, a partir dos conceitos assinalados, definimos grupo como a capacidade de as pessoas se unirem ou associarem mediante os interesses de muitos ou de todos, movidos por sentimentos de pertencimento e formando comunidades ou tribos. O conceito de grupo está imbricado com o que denominamos de coletivos ou formas de coletividade.

As formas alternativas de coletividade podem ser exemplificadas como: cooperativismo, associativismo, movimentos sociais, organizações não-governamentais e tantos outros modos de organizar uma empresa privada, uma instituição pública, visando a priorizar a gestão participativa, a fim de respeitar as diferenças naturais dos seres humanos, considerando a potencialidade de cada um e a relevância desse potencial para a constituição da unidade finalizadora entendida como “unicidade”. Trata-se de partir da construção da autonomia em busca da heteronomia, isto é, do processo em que o nós vem a se constituir como representação do próprio eu.

Santos (1999), ao refletir sobre as formas alternativas de coletividade, a partir do pensamento e das práticas associativistas e cooperativistas, observa que essas práticas foram desenvolvidas como resposta ao individualismo liberal. Por isso,

Os movimentos sociais, ONGs, comunidades e setores governamentais da semiperiferia e da periferia continuam a promover formas associativas de produção: associações de moradores, cooperativas de trabalhadores, que procuram assegurar o acesso das classes populares a bens e serviços básicos. (SANTOS, 1999, p. 48)

A promoção das formas alternativas de coletividade contrapõe-se ao que é preconizado pelo capitalismo, para o qual “[...] a noção de desenvolvimento é entendida particularmente como crescimento econômico”. (SANTOS, 1999, p. 123)

Segundo Maffesoli (2006), há um declínio do individualismo nas sociedades de massa e tendem a ganhar cada vez mais importância as relações entre os sujeitos na sociedade e a representação dessas relações na constituição de “tribos”, como resultado do prazer de estar juntos. À representação dessa realidade comunal, onde há uma perda de si e o encontro constante e permanente com o outro, o autor denomina de socialidade e a define como “[...] uma concentração de pequenas tribos que se dedicam, de qualquer modo, a se ajustar, se adaptar, se acomodar entre si”. (MAFFESOLI, 2006, p. 14)

A construção do pressuposto teórico apresentado por Maffesoli (2006, p. 46) aponta para a importância da participação e dos sentimentos comuns, com a retomada das formas comunitárias que, segundo o autor, “acreditávamos haver ultrapassado”. Sobre isso, afirma:

[...] redescobrimos que o indivíduo não pode existir isolado, mas que ele está ligado, pela cultura, pela comunicação, pelo lazer e pela moda, a uma comunidade, que pode não ter as mesmas qualidades daquelas da idade média, mas que nem por isso deixa de ser uma comunidade. [...] Entretanto é inegável que existe uma sociedade “política”, uma sociedade “econômica”, existe também uma realidade que dispensa qualificativos, e que a coexistência social como tal que proponho chamar socialidade, e que poderia ser a forma lúdica de socialização. (MAFFESOLI, 2006, p. 140-141)

Não por outro motivo, a liderança encarna um papel social destacado na representação do coletivo, pois possui uma imagem figurativa que reforça a socialidade como um “[...] cimento sólido que são a partilha, a ajuda mútua ou a solidariedade desinteressadas”. (MAFFESOLI, 2006, p. 146). As práticas solidárias e de reciprocidade da liderança podem ser consideradas como um “hábito”, uma ideologia – e, como tal, contribuem para a disseminação de ideias que marcam uma história. Daí, seu caráter educativo.

A liderança se caracteriza pelo envolvimento orgânico do líder na comunidade, com a percepção de que é imprescindível considerar nas relações o nós, pois há prazer em viver coletivamente. Quando relacionamos as práticas da liderança e o conceito de habitus, cumpre esclarecer que, de acordo com Bourdieu (2001, p. 61), trata-se de “[...] um conhecimento adquirido, é também um haver, um capital [...] indica a disposição incorporada, quase postural [...] de um agente em ação”. À luz dessa compreensão, a liderança é uma prática adquirida no processo de aprendizagem, considerando a disposição incorporada dos agentes sociais no meio em que convivem ou conviveram.

Assim, a relação existente entre a categoria liderança e o conceito de habitus apresenta-se como um processo que possibilita a construção de identificações de outros agentes sociais, considerando o caráter educativo dessa relação. Os movimentos de associações de moradores e demais organizações que intervêm na realidade social possuem uma história de luta e reivindicações e deixam um legado cultural que se constitui como referência nas práticas educativas, tanto formais quanto informais.

O caráter educativo ao qual estamos nos referindo está diretamente relacionado com as práticas de lideranças nos movimentos, porque partimos do pressuposto de que todas as organizações sociais possuem uma liderança como representação da coletividade em questão. Por isso, não afirmamos que só os movimentos sociais têm caráter educativo, mas, também, a liderança, porque esta corporifica as ideias e mantém vivo o movimento independentemente do elemento figurativo que envolve, ou seja, não importa aquele que representa o papel, mas quem solidifica os ideais, dando continuidade à luta contra a opressão e em busca de uma realidade onde as pessoas possam viver mais dignamente. A existência do associativismo como exercício de aglutinar pessoas e movimentar ideias, com objetivos comuns, mesmo com as limitações e dificuldades na efetivação dos resultados, tem importância na construção de ideais utópicos, como referência na reconstrução de identidades individuais e coletivas.

Gohn (1999), em estudo sobre Movimentos Sociais e Educação, faz referência ao cidadão coletivo que busca os interesses da coletividade para reivindicar direitos relativos à sobrevivência ou mesmo como exercício da cidadania de negros, homossexuais, mulheres

etc. A liderança é representada por um cidadão de uma comunidade, o qual pode ser denominado de cidadão coletivo. Escreve Gohn (1999, p. 16):

O cidadão coletivo presente nos movimentos sociais reivindica baseado em interesses de coletividade de diversas naturezas. Assim, temos grupos de mulheres que lutam por creches, grupos de favelados que lutam pela posse da terra, grupos de moradores pobres que lutam por acesso de algum tipo de moradia etc. [...] Temos assim os grupos que lutam pelo exercício da cidadania dos negros, homossexuais, mulheres, pela paz, em defesa da ecologia etc.

O cidadão coletivo em apreço dissemina suas ideias e pode ser fonte inspiradora do processo de identificação de outros agentes próximos a ele, no âmbito da família ou exteriores à comunidade, considerando que a formação da identidade é uma interação simbólica quando a construção do eu constitui uma referência da participação do outro. Dessa maneira, a categoria liderança, como foco deste trabalho dissertativo, tem no bojo dessa prática a construção de relações de solidariedade, alteridade e reciprocidade, quando o outro é a corporificação de um coletivo organizado. Para tanto, este conjunto de elementos, que contém expressões de trabalhos sociais ligados ao associativismo, ideias utópicas, construção de identidades e outras qualidades, é considerado um exercício da cidadania. O estar na sociedade não significa compor, mas inserir-se de forma a possuir benefícios necessários que justifiquem a cidadania, a qual está ligada estreitamente à educação. É o que ressalta Gohn (1999, p. 16):

A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo. A cidadania não se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas. A

cidadania coletiva é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas.

A autora afirma que todo processo de luta constitui um movimento educativo associado ao exercício da cidadania, pois esta é construída nos movimentos sociais nas reivindicações de base. Assim, os movimentos sociais e as lideranças que os representam, têm caráter educativo, reivindicativo, e contribuem para a formação de sujeitos históricos e protagonistas de suas próprias vidas.

Podemos considerar como dialógica a relação entre educação e cidadania na formação de identificação de novos sujeitos, pois, estes constroem e reconstróem suas histórias e memórias, na luta por direitos sociais e inclusão.

A esse respeito, duas questões cruciais são pontuadas por Gohn (1999): a dimensão educativa e a dimensão pedagógica dos movimentos sociais. Nesta análise, movimentos sociais são entendidos como de caráter explicitamente reivindicativo de uma demanda popular e que têm no bojo de sua ação a capacidade de aglutinar e mobilizar a comunidade ou território em que está localizado. Assim, a dimensão educativa constitui um processo dialético de construção e reconstrução de identidades, quando a liderança se torna referência na comunidade a partir da capacidade de mobilizar e aglutinar. A dimensão pedagógica está voltada para a utilização de instrumentos operacionais das ações em si.

A existência da liderança na comunidade possui caráter educativo, dentre outros motivos, pela capacidade de influenciar outros agentes, os quais, por sua vez, poderão executar o mesmo papel social e manter, de forma contínua, a atuação do associativismo no território delimitado. Ressalta-se que essa

categoria pode ser explorada como recurso pedagógico, principalmente, na educação institucionalizada ou formal, pela importância que tem na vida, diante das dificuldades conflituais de aceitação e convivência com o outro. Assim, a noção de liderança pode fundamentar a construção de colegiados de pais, alunos, grêmios estudantis, favorecendo a participação de todos nas tomadas de decisões e considerando a relevância da participação coletiva como uma instância favorável na construção de uma sociedade menos opressora. Outra maneira de tornar presente a temática liderança na ação pedagógica é incluí-la no currículo como um conteúdo na aprendizagem escolar do ensino nos níveis fundamental, médio e superior.

Outro ponto que merece destaque, quando referimos às temáticas da educação, cidadania, prática pedagógica, currículo e liderança, é a questão da emancipação discutida por Adorno (2000) como “conscientização e racionalidade”. Assim, toda ação humana é uma ação educativa e, como tal, precisa ser consciente e racional. Para esse autor, o conceito de racionalidade e conscientização está associado à capacidade de pensar, inerente a todo ser humano. Neste sentido, a educação está voltada para a construção da racionalidade e da cidadania, quando é possível uma prática pedagógica desmistificadora do poder centralizador e em busca da emancipação dos sujeitos. Retrata:

De um certo modo, emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade é simultaneamente uma comprovação da realidade, e esta envolve continuamente um movimento de adaptação. (ADORNO, 2000, p.143)

Por outro lado, o autor enfatiza que “[...] o conceito de racionalidade ou de

consciência é apreendido de um modo excessivamente estreito, como capacidade formal de pensar”. (ADORNO, 2000, p. 151)

A educação para Adorno (2000) não pode modelar as pessoas, mas produzir consciência de forma racional e emancipatória. Por isso, ela precisa estar próxima da essência coletiva do sujeito, optar pela descentralização e relevar a participação de todos os agentes que fazem parte do processo educativo. Uma educação, em suma, que visa o desenvolvimento de seres políticos, emancipados, conscientes do papel social, de lideranças representativas.

Por ser uma prática racional e consciente dos sujeitos, a liderança possui capacidade de emancipação, diante do caráter educativo e do papel social que os líderes executam, como representantes de uma demanda popular, mesmo de forma espontânea. As práticas de liderança foram originadas nos movimentos populares; todavia, podem ser cultivadas em todas as instâncias da sociedade. Na organização da sociedade segundo o modelo piramidal hierárquico, institucionalizado no capitalismo, a desigualdade tornou-se justificável diante do fluxo de riquezas e das disparidades salariais. Em consequência, foram moldadas as relações de gênero, etnia e classe social, e, também, constituído um modelo de gestão autoritária e corporativista nas instâncias públicas e privadas, inclusive em muitos movimentos sociais.

A convivência interpessoal e intergrupala, no modelo de organização onde o poder é fragmentado e a participação de todos é a peça chave do processo, é menos conflituosa, pois existe a possibilidade de se perceber na simbologia do trabalho coletivo e, com isso, torna-se visível o grupo como uma unidade. Descentralizando-se o poder no

associativismo, a consciência da participação se fortalece e os sujeitos tendem a se emancipar e empenhar-se para expressar os sentimentos de grupo ou de coletividade.

LIDERANÇA, GESTÃO DEMOCRÁTICA OU AUTOGESTÃO

Qualquer organismo social que possui liderança como forma de operacionalizar o poder pode considerar que realiza uma gestão democrática? Como podemos compreender a autogestão, nesta perspectiva? A liderança, gestão democrática, participação e a autogestão são elementos que se imbricam? Estes questionamentos nortearão a discussão a seguir, e tentaremos analisá-los de maneira a definir cada categoria na tentativa de perceber a relação existente entre elas.

A liderança é uma ação racional carismática que considera o grupo ou coletividade nas tomadas de decisões e objetivos comuns. Geralmente, as decisões são tomadas de forma coletiva e transparente. Esta ação é respaldada pela existência de sentimentos de coletividade evidenciados no prazer em estar juntos. O corpo representativo dos movimentos associativos é liderado por um agente social que tem o papel de representar a comunidade com a proposta política de ação e intervenção social. Dessa maneira, a liderança é uma prática solidária dos sujeitos, que dedicam e doam sua força de trabalho, de forma voluntária, sem interesses materiais. Podemos considerar que o ato de doar é uma ação de reciprocidade e este sentimento de pertencimento compõe a essência simbólica guardado na memória e na identidade dos sujeitos que vivenciaram direta ou indiretamente tais práticas.

A gestão é democrática quando há a participação efetiva de seus membros. Como se

dá essa participação? No âmbito de uma instituição escolar, empresas públicas ou privadas, a gestão é democrática quando é possível considerar significativa a participação de todos? O que é participação?

Ferreira (2001) analisa a gestão democrática das escolas vinculando essa prática à criação de canais de participação:

[...] a gestão democrática é entendida como processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais e, no seio dessas, as práticas educativas de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas do poder autoritário que permeiam as relações sociais. (FERREIRA, 2001, p. 25)

Quando uma gestão se apresenta como democrática, a participação está imbricada como um elemento que complementa a atuação do corpo diretivo. Os canais institucionais de participação na realidade de uma escola podem ser exemplificados como: conselhos de pais e de alunos; representação estudantil; assembleias para discutir ou apresentar questões orçamentárias e referentes à dinâmica da unidade escolar.

Segundo Teixeira (2001), a participação cidadã no poder local significa “fazer parte”, “tomar parte”, “ser parte” de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas. “Refletir a ‘parte’ implica pensar o todo, a sociedade, o Estado, a relação das partes entre si e destas com o todo e, como este não é homogêneo, diferenciam-se os interesses, aspirações, valores e recursos de poder”. (TEIXEIRA, 2001, p. 27) Para isso, a participação pode ser o diferencial nas categorias que estamos analisando, pois, nas práticas de liderança, fazer, tomar e ser parte

são uma realidade natural e cotidiana dessa representação.

Nas realidades que apontam a gestão como democrática e participativa é preciso perceber qual a referência de participação e como acontece na prática em atuação. A participação não flui de forma espontânea quando gestor, presidente ou qualquer outra denominação de poder é aquele que decide, coordena, toma as decisões e dirige a organização. Esse modelo tradicional e, portanto, centralizador, autoritário é mantido denominando como aquele que em sua figura concentra todo poder.

No entanto, é possível perceber que os canais de participação são fechados, principalmente, porque os segmentos organizativos não são considerados nas tomadas de decisões, isto é, não consideram relevante a participação das pessoas internas e externas, no caso da escola: alunos, funcionários e pais. Na realidade, onde acontece a liderança como forma de organizar e visualizar o poder, não existe corpo que dirige e não há concentração de poder, mas fragmentos de poder representativos. Em organismos sociais que possuem um gestor na acepção de diretor, este existe como um elemento figurativo que está em um plano superior aos demais.

Cumpra esclarecer que a liderança implica a distribuição de poderes e a construção de uma atuação mais independente quando todos têm consciência do papel político e emancipatório que representam. Podemos considerar que as categorias gestão democrática e liderança são distintas e podem ser consideradas dicotômicas em relação à sua respectiva gênese. A liderança é originada na representação popular de uma demanda e tem uma simbologia designativa que carrega como uma conquista, a partir de uma vivência

significativa no território em que surgiu. O gestor, geralmente, é indicado para ocupar o cargo e quando há processo eleitoral é pouco representativo, mesmo sendo escolhido pelo voto, pois os candidatos não conquistam tal posto, um deles é indicado para o cargo ao qual concorre.

Em uma realidade social, onde existe a liderança como forma de organização, não existe a concentração do poder na figura de um elemento ou de um grupo ou mesmo de uma gestão em relação aos demais. A simbologia do poder, nessa perspectiva, é fragmentada de forma educativa, de modo que os integrantes do grupo possam aprender a ação de gerir e autogerir, enfim: de liderar.

E a autogestão? Como podemos inseri-la nesta discussão? Podemos refletir os significados das duas palavras que a compõem. Auto significa “a si próprio” e gestão pode ser conceituada como ação ou efeito de gerir. Assim, autogestão é a capacidade de cada um administrar as ações das instituições sociais em que atua. Qualquer instituição ou movimento de reivindicação social que institui a liderança ou a gestão democrática em sua dinâmica organizacional, precisa trabalhar o grupo de modo que cada componente possa estar preparado para representar a coletividade com a sintonia do comum, bem como trabalhar as partes para chegar ao todo, ou ainda, precisa trabalhar o sujeito para formar o grupo e vice-versa.

De acordo com Lapassade (1983), a relação entre escola e sociedade na discussão dos efeitos da autogestão pode ser de tal modo significativa, que interfere na mudança social. Mas, para que isso aconteça, é necessário que a sociedade ofereça um projeto político de escola adequado à realidade local e possível de acolher os sujeitos, respeitando as

subjetividades e a multirreferencialidade do diferente e das diferenças.

Como a sociedade lida com a pluralidade de processos identitários e ao mesmo tempo volta-se para a singularidade como expressão da subjetividade, torna-se relevante que os seres humanos aprendam a lidar com o igual e o diferente na relação consigo e com o outro. Esse “jogo” dialógico fundamenta a construção de uma estrutura social com instituições mais sólidas. Segundo Lapassade (1983), a “autogestão pedagógica” significa a capacidade dos sujeitos de lidar com as instituições de maneira que se apropriem da capacidade de liderá-las da melhor forma possível. Daí configura-se a ação produzindo efeito e o efeito, por sua vez, transformando a ação quando o diálogo permanente fundamenta o desenvolvimento das relações individuais e grupais. Acrescenta Lapassade:

Compreende-se assim que é preciso mudar a escola se quisermos, verdadeiramente, mudar a sociedade. A transformação da escola é, sem dúvida, insuficiente. Nada, no entanto, pode mudar se os homens não aprendem, desde a infância, a construir instituições e a dirigi-las. Eis a origem do que chamo de autogestão pedagógica. Ela visa a modificar as atitudes e os comportamentos. Se, amanhã, forem instaladas novas estruturas, visando a permitir a participação de todos nas decisões, quer dizer, visando a autogestão social, isso de nada servirá se os homens já não tiverem aprendido a viver na nova sociedade e a construí-la “permanentemente”, a jamais fixar o movimento histórico em instituições cristalizadas e separadas do ato de instituir. (LAPASSADE, 1983, p. 37)

Dois aspectos chamam a atenção quanto à construção de instituições, à luz do que reflete Lapassade (1993): um concerne à aprendizagem, desde a infância, do que significa instituir, gerir o que é fundamental para a vida em sociedade; o outro se refere à compreensão de que as instituições não podem

nem devem petrificar-se. A autogestão pedagógica é o que articula essas duas visões e constitui um processo importante para o sujeito e a sociedade, portanto, para a construção da identidade individual e coletiva.

Entre as reflexões produzidas nesse estudo, ganha relevo a de que a liderança, à luz do que foi investigado e resignificado, se constitui como um alargamento do campo do possível – isto é, porque visa a dar mais concretude e expressividade aos sentimentos coletivos de viver dignamente.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- ARRUDA, A. (Org.). **Representado a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- ASTI VERA, A. **Metodologia da pesquisa científica**. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Tradução Artur Morão. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.
- _____. **A sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.
- _____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.
- BAURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.
- BERGER, P. L.; LUCKAMN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 269-288, maio/ago. 2008. Disponível em:

- <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 1 abr. 2009.
- CALDAS, A. dos S.; NUNES, E. J. F.; SANTOS, W. **Odu, Eghé Dudu: caminhos da Mata Escura**. Salvador: UNIFACS, 2007.
- CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: _____ (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.
- COSTA, R. Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- COULON, A. **Etnometodologia e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- COULON, A. **La etnometodologia**. Madrid: Catedra, 1988.
- DEBET, G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, R. C. L. (Org.). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DELGADO, Lucília A. N. **História oral, memória, tempo e identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- ESPIÑEIRA GONZALEZ, Maria Victoria. **O partido, a igreja e o estado nas associações de bairros**. Salvador: EDUFBA; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1997.
- FEATHERSTONE, M. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- FERNANDES, Rosali B. Processos recentes de urbanização em Salvador: o miolo, região popular e estratégia da cidades. **Biblio 3W: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. 9, n. 523, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-523.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2006.
- FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FONSECA, C. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 58-78, 1999.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GARCIA, A. S. **Mulheres da cidade d'oxum: relações de gênero, raça e classe e organização espacial do movimento de bairro em Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2006.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.
- GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1998.
- _____. **Movimentos sociais e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- HAGUETTE, M.T. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LAPASSADE, G. **As microsociologias**. Tradução de Lucie Didio. Brasília, DF: Liber Livro, 2005.
- _____. **Grupos organizações e instituições**. Rio de Janeiro: Francisco. Alves, 1983.

- LEVY-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. 2. ed. São Paulo: Abril, 1978.
- MATTA, R. da. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.
- MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.
- OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-27, 1989.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- REIS, E. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do familismo de Banfield. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano X, n. 29, p. 35-48, out. 1995a.
- _____. Governabilidade e solidariedade. In: VALLADARES, Lícia do Prado; COELHO, Magda Prates (Org.). **Governabilidade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995b.
- _____. Percepções da elite sobre a pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 145-152, fev. 2000.
- SACCONI, L. A. **Minidicionário Sacconi da língua portuguesa**. São Paulo: Escala Educacional, 2007.
- SANT'ANNA, I. R. **A agenda 21 em estrada das barreiras: uma estratégia de desenvolvimento local e participação social em Salvador**. 2007. Monografia (Graduação em Urbanismo) – Universidade do Estado da Bahia, 2007.
- SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós – modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós contratualismo. In: OLIVEIRA, F. de; PAOLI, M. C. (Org.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis, SP: Vozes; FAPESP, 1999. p. 83-129.
- SOUZA, E. C. de; SOUSA, C. P. de; CATANI, D. B. A pesquisa (auto)biográfica e a invenção de si no Brasil. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 17, n. 29, p. 31-42, jan. 2008.
- TEIXEIRA, E. C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.
- VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Ed. da UNB, 1999.
- _____. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- _____. **Metodologia das ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, out. 1997.